

EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA-SP E ILMO. SR. PREGOEIRO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019, PROCESSO DE COMPRAS Nº 045/2019.

Referente: Contrarrazões Recurso
administrativo Pregão Presencial nº
010/2019.

Assunto: Contrarrazões ao Recurso
Administrativo apresentado pela **UNIMED
DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO LTDA.**, em razão
do inconformismo com o resultado do Pregão
Presencial nº 010/2019.

**SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.**, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado
de São Paulo, na Avenida Portugal, nº 545, 3º andar, sala 02, Jardim São Luiz, CEP:
14020-380, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.433/0001-85,
denominada nestas contrarrazões de **SÃO FRANCISCO**, neste ato representado pelo
Sr. GUILHERME AUGUSTO BERTOLINO, devidamente qualificado como
representante da Licitante na documentação apresentada na etapa de credenciamento
para participação no Edital de Pregão Presencial Nº 010/2019, apresentar,
tempestivamente, **CONTRARRAZÕES** aos memoriais do Recurso Administrativo
interposto pela **UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO
MÉDICO LTDA.**, doravante denominada **RECORRENTE**.



Síntese dos fatos:

- 1- No dia 19/09/2019 foi realizado o Pregão Presencial nº 010/2019, referente ao Processo de Compras nº 045/2019;
- 2- Após o recebimento da documentação que deve estar fora do envelope nº 01, estando a documentação em perfeita consonância, comprovando que as licitantes atendem plenamente os requisitos de habilitação previstos no Edital, foi aberto o envelope nº 01, contendo as propostas comerciais, cuja compatibilidade foi examinada pelo Pregoeiro e pelos membros da equipe de apoio, selecionando os licitantes que participariam do pregão;
- 3- Os dois preços (**balizados na média geral**) estavam de acordo com o Edital, e as duas propostas foram consideradas válidas;
- 4- Ato contínuo, o Pregoeiro passou a palavra ao Representante da **RECORRENTE** para que este manifestasse seu interesse em ofertar ou não um lance verbal em valor inferior à proposta comercial apresentada pela **SÃO FRANCISCO**. Após a fase de lances, a **SÃO FRANCISCO** sagrou-se vencedora, por apresentar a proposta com menor preço;
- 5- Aberto o envelope nº 2, a documentação da **SÃO FRANCISCO** foi conferida pelo pregoeiro e pela **RECORRENTE**, o que resultou em sua admissão integral;
- 6- Após adjudicar o objeto licitado para **SÃO FRANCISCO**, a **RECORRENTE** manifestou seu interesse em recorrer do resultado do pregão, alegando que a **SÃO FRANCISCO** não preenchia os requisitos técnicos para ser a vencedora do certame, sem dar maiores detalhes sobre essa SUPOSTA incapacidade técnica;



- 7- O pregoeiro recebeu a manifestação de interesse recursal da RECORRENTE, e abriu o prazo previsto no edital para a apresentação dos memoriais;

É a síntese!

Cumpre à SÃO FRANCISCO contrarrazoar os fracos argumentos apresentados pela RECORRENTE, verbalmente na própria sessão, e posteriormente complementados por memoriais

De plano, salientamos que a SÃO FRANCISCO respeita os ditames legais e regulatórios, e salienta que a vitória no certame ocorreu de forma tranquila, após uma justa disputa de lances, como deve ser em um pregão presencial.

Acreditamos que a RECORRENTE tenha se equivocado no tocante a interpretação do instrumento convocatório, pois elenca como a base de seu recurso o item 4, especificamente o subitem 4.3, a, números I e IX do edital.

Ao examinar **O EDITAL**, verificamos que a redação é bem diferente do que foi usado como fundamento para o recurso, senão vejamos:

4 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO


4.3 A exibição dos documentos de representação deverá preceder o início dos atos, ficando os originais, ou cópias autenticadas por funcionários da Câmara Municipal, retidos e juntados aos autos.

*** NÃO EXISTE LETRA a, TAMPOUCO NÚMERO ROMANOS I e IX.**

Segundo a RECORRENTE, tal item do edital fundamentaria seu recurso, o que esclarecemos ser integralmente **equivocado**.

De antemão, em face da fundamentação errada do recurso, além do mesmo ser meramente protelatório, e sem qualquer amparo legal, **pleiteamos que o mesmo não seja conhecido, justamente pela falta de respaldo para sua proposição.**

Ao verificarmos o hipotético fundamento apresentado pela RECORRENTE, encontramos o texto utilizado como base para o recurso, mas **NÃO** no edital, mas sim no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.



Em que pese exista a redação utilizada como fundamento do recurso pela RECORRENTE no termo de referência, **apresentamos a redação do item 7.1.19, agora sim do EDITAL**, que nos apresenta a seguinte informação:

7.1.19 NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO a empresa deverá comprovar que sua rede credenciada/referenciada possui estabelecimentos e profissionais que apresentam condições de atender, de imediato, ao que pedem os incisos I, II, III, IV, V e IX da alínea “a” do item 4.3 do Termo de Referência (Anexo II).

Complementando a informação acima, ou seja, a de que **NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, a SÃO FRANCISCO** deverá comprovar o que a RECORRENTE alega **PREMATURAMENTE** sobre estar adequado ao termo de referência, apresentamos a redação do item 12 do edital, especificamente o 12.1:

12 DA CONTRATAÇÃO

12.1 APÓS a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada, por escrito, para, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da convocação, assinar o instrumento contratual, na forma da minuta apresentada no Anexo VIII adaptado à proposta vencedora.

Em que pese o “aparente” zelo da RECORRENTE, **tal fiscalização sequer é de sua competência**, recaindo esse ônus sobre os ombros da Câmara Municipal.

Além de ser ato que não lhe cabe, o de fiscalizar a rede da Adjudicatária, **tal fundamentação de recurso está sendo utilizada em momento errado**, pois ainda há trâmites a serem cumpridos, e nem houve a homologação, e sequer a convocação para a adjudicatária assinar o contrato e comprovar os requisitos presentes no anexo II - termo de referência, item 4.3.

Segundo Luiz Flávio Gomes:



O prazo recursal é o lapso temporal, marcado obviamente por um termo inicial e um termo final, ofertado à parte inconformada com a decisão judicial, para exercer o direito processual de recorrer. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que há intempestividade tanto no recurso interposto antecipadamente quanto na postergação da prática do ato de recorrer.

E, o chamado recurso prepóster é aquele recurso extemporâneo interposto antes do termo inicial do prazo legal para a sua interposição.

Portanto, o recurso é prepóster e meramente protelatório, já que na fase do pregão, e na conferência de documentos, assim como nos lances ofertados, a RECORRENTE não foi capaz de vencer a SÃO FRANCISCO, e agora procura destilar seu inconformismo com um recurso que visa apenas atrapalhar o processo.


DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, demonstramos claramente que o inconformismo da UNIMED ARARAQUARA, externado pelo seu frágil e prepóster recurso, não encontra sequer respaldo no instrumento convocatório, carecendo profundamente de amparo legal.

Diante disso, a SÃO FRANCISCO requer que o recurso da RECORRENTE não seja conhecido, por equivocada, e consequentemente ausente fundamentação legal, já que se baseou em dispositivo do termo de referência e não do edital, ALÉM DO RECURSO SER PREPÓSTERO.

De outra forma, o não conhecimento do recurso é medida justa, já que tal fiscalização não cabe à RECORRENTE, e sequer deve ser realizada na fase do pregão, mas sim somente após homologação e convocação.

Logo, as comprovações elencadas no termo de referência, e usadas de forma protelatória e prepóster pela RECORRENTE, devem ocorrer somente depois de 15 dias úteis da homologação, pois é o tempo legal para a assinatura do contrato.



Caso não seja o entendimento pelo não conhecimento do nosso pedido inicial (de não conhecer do recurso por falta de fundamentação), o que cogitamos por mero amor ao debate, pleiteamos que o recurso da interposto de forma protelatória e prepósteros pela RECORRENTE seja improvido em sua totalidade, face à inadequação desse questionamento na atual fase do certame, além da ilegitimidade da RECORRENTE para exercer tal fiscalização.

Assim, como pedido final, após a análise das contrarrazões da SÃO FRANCISCO, apresentadas diante da fraca tentativa recursal da RECORRENTE, que o certame prossiga com a adjudicação e homologação, e após, a convocação para assinatura do contrato, momento em que a SÃO FRANCISCO COMPROVARÁ que preenche todos os requisitos técnicos e legais para contratar com a Câmara Municipal de Araraquara.

Nestes termos, pede deferimento.

Ribeirão Preto, 30 de setembro de 2019.



SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.

Guilherme Bertolino
Gerente Comercial